

SELETA

DESLOCAÇÃO DO EIXO ECONÔMICO PARA O SUL

Lemos Brito

O eixo econômico do país começou a deslocar-se desde o dia em que se verificaram a extensão e a riqueza das minas.

Até ali, nem povos, nem governos, acreditavam na existência desses tesouros extraordinários. Toda a gente sabia da existência de minas de ouro, prata, cobre, e de outros minérios, no Brasil. A ninguém, contudo, essas minas se afiguravam como sendo capazes de despertar a cobiça, de estimular o ânimo dos habitantes das capitânias. De seu lado, os governadores informavam amiúde a Coroa dos insucessos das pesquisas por eles determinadas ou autorizadas, e quando levavam ao conhecimento do rei a descoberta do precioso metal, as amostras, que lhe enviavam, e que era todo o ouro encontrado e recolhido, essas amostras eram tão insignificantes que aumentavam o desânimo em vez de reacenderem as esperanças.

De repente, o eco das novas descobertas dos paulistas, em São Paulo, Minas, e no Cuiabá, veio mudar radicalmente a situação. Como já escrevemos, toda a gente procurou enriquecer rapidamente. Estabeleceu-se a febre da mineração, e essa febre, na expressão acabada do Sr. Felisbello Freire, “criou um temperamento, uma constituição econômica”.

De todas as capitânias, especialmente de Pernambuco, Espírito Santo e Rio de Janeiro, aquela onda humana começou a tumultuar e a crescer, caminho das minas.

Foi o primeiro desequilíbrio.

Enquanto inesperadamente a população do sul da colônia tomava essas espantosas proporções, o norte, que se considerava já definitivamente estabilizado nas suas populações, viu-se definir no êxodo crescente dos habitantes de suas unidades político-administrativas. Nem o Rio de Janeiro escapou a esse êxodo. D. Álvaro de Albuquerque, dirigindo-se ao governo da Bahia, declarava-lhe: “A terra despovoou-se com as minas, constituindo-se elas um verdadeiro flagelo”.

Se era verdade que as minas prejudicavam geralmente o país, não só por aquelas causas que apontei, como por gerarem nos seus habitantes a preocupação das riquezas fáceis e os hábitos do luxo e da licenciosida-

de, que nelas lavraram assustadoramente, não escapando ao contágio os próprios sacerdotes, contra os quais foi mister ao governo tomar severas providências, se foi verdade, repetimos, que as minas trouxeram para o Brasil sob certos aspectos, tristes resultados, não se explicarão os protestos de D. Álvaro senão por haver encarado do ponto de vista estreito da falta de braços na sua capitania ameaçada pela pirataria do oceano a arrancada para as minas. Porque foi precisamente desse “flagelo”, como ele próprio as denominou, que nasceu a preponderância do Rio na balança econômica do Brasil.

A exploração das minas deslocava aquele eixo para o sul. As medidas tomadas pelo fisco no sentido de evitar o contrabando chamava-o fortemente para a atual capital da República.¹

Foi assim que, transformado Parati em mero posto fiscal, se determinou que “todas as cargas que viessem das minas fossem conduzidas à Casa dos Quintos, para ver se traziam ou não o ouro, e que se procedesse a um exame nas lanchas que saíssem do porto para o Rio de Janeiro”. Mas, como estas medidas não se considerassem suficientes para garantir os interesses da Coroa, a metrópole ordenou que “todos os navios que navegassem de norte a sul, ou ao contrário, fossem obrigados a entrar no porto do Rio para o devido exame, o qual assumiu uma preponderância notável na vida da colônia”.²

É fácil verificar o alcance desta determinação. Já era, a esse tempo, grande a navegação nas costas do Brasil, quer por navios que faziam o intercâmbio da colônia com a metrópole, quer por aqueles que faziam o transporte de pessoas e mercadorias entre as diversas capitânicas do norte e do sul. Ora, pela obrigação aludida, todos estes navios deviam escalar o porto do Rio, onde fundeavam e demoravam até que fossem convenientemente despachados.

Além da importância política resultante desta concentração das frotas nas suas águas, lucrou enormemente o Rio com o comércio que daí resultava. Frequentado a todo instante por navios, o Rio encontrou um amplo escoadouro para seus produtos de exportação, e a praça passou a ter as suas transações comerciais muito aumentadas.

O movimento da cidade não perdeu, pois, com a emigração para as Minas, pois o pessoal desses navios desembarcava para abastecer-se e gastar em terra.

Esta medida, que foi de um tão alto alcance para o Rio, data da primeira década do século XVIII.

Outras, porém, vieram reforçá-la.

(1) Ao tempo em que o A. escreveu, era o Rio de Janeiro a capital do país (N. da R.).

(2) Felisbeto Freire, *História da cidade do Rio de Janeiro*, vol. II, p. 406.

Havia um caminho aberto do Espírito Santo para as Minas. D. Álvaro proibiu que os forasteiros se utilizassem dele, como antes havia feito com o de Parati. Também as estradas da Bahia e de Pernambuco, que conduziam à região do ouro, havia sido fechadas, por ordem do governo, aos que o fanatismo do ouro encaminhava em levadas para o sul.

Esse fechamento das estradas abriu para o Rio um novo surto de prosperidade. Toda gente devia passar por aqui, aqui sofrer as buscas e devassas, aqui gastar e abastecer-se. Era, pois, o predomínio comercial que se estabelecia depois de se haver firmado o predomínio marítimo.

As subseqüentes desanexações que sofreu a capitania do Rio de Janeiro e o governo autônomo das minas, não puderam abater mais esta supremacia tão facilmente adquirida. Quando o eixo econômico se deslocou definitivamente para o sul, o Rio ficou como cabeça desta nova região para a qual convergiam as atenções de nacionais e de estrangeiros, estimuladas pela fama das suas riquezas, pelas facilidades oferecidas por seus campos à criação, e pela amenidade de seus climas, antes mesmo que o café viesse pesar de modo decisivo nos destinos da pátria.³

Outras causas militaram para esse prestígio crescente do sul ao mesmo tempo que o norte diminuía. Delas, duas foram de caráter econômico, e as demais de caráter político.

Não se pode, realmente, esconder que a queda dos preços do açúcar, pela concorrência das colônias inglesas e francesas, e o fato de deixar o Brasil de ser o produtor exclusivo do açúcar, deveria acabar por influir decisivamente na sua economia, e, particularmente, na do norte, que conservava quase o monopólio da produção.⁴

As guerras das fronteiras platinas, conduzindo consecutivamente levadas e levadas de soldados e de pessoal diverso para as campinas do Rio Grande, intensificaram o povoamento dessas regiões, enquanto o recrutamento ia arrancar à lavoura do norte os seus melhores braços. Esse recrutamento foi sempre tão desumano que ainda há pouco os sertanejos nortistas fugiam ao recenseamento, por temerem a inscrição forçada na tropa, com o abandono das suas lavouras. Muita gente da que ia às guerras não retornava. Encontrando meios de vida fáceis, lá se deixavam ficar, concorrendo para o despovoamento dos campos nortistas. Ali se propagou de tal sorte a pecuária que dentro de breve tempo o Rio Grande produzia e

(3) A procura do Brasil pelos estrangeiros justifica de certo modo a atitude da Coroa mandando confiscar e queimar a edição da obra de Antonil (Andreoni) italiano e natural de Luca, *Cultura e opulência do Brasil*, do qual apenas seis exemplares escaparam ao implacável auto de fé. Este livro, rico de informações a respeito do país no século XVIII, revelava-o à cobiça européia.

(4) O sr. Roberto Simonsen ocupa-se do assunto em seu recente livro, atribuindo a este fator predominância decisiva no fenômeno econômico-político de que nos ocupamos.

exportava para o resto do Brasil o xarque, a princípio destinado aos escravos, e depois adotado pelo povo, com a denominação, que ainda conserva, de **carne-seca**.

Além destes fatores, concorreram outros de ordem política, como fossem a independência e a desanexação de várias capitanias do sul, a divisão do governo-geral em dois, e depois o estabelecimento da sede da vice-realeza, uma, no Rio de Janeiro, transformada em capital do país, pela necessidade de ocorrer-se rapidamente ao ponto mais exposto dele.

Para fecho desses acontecimentos que tanto diminuíram o norte, tivemos a longa permanência de D. João VI no Rio.

(Pontos de partida para a história econômica do Brasil, pp. 299 a 303. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1923. Nas duas edições subsequentes do livro o trecho transcrito ocorre às págs. 351 a 355, na 2ª edição, e 260 a 263, na 3ª edição).